



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 29 de setembro de 2010
O Globo/BR
Ministério da Saúde | Institucional*

O Ministério da Saúde contesta o teor do artigo "Em fim de governo, ressurge o Cartão SUS" (Elio Gaspari, 26V9). O projeto de revitalização do Cartão SUS, que vem sendo traçado nos últimos dois anos, foi levado em 11 de agosto ao plenário do Conselho Nacional de Saúde, espaço de controle social, quando foram apresentados todos os detalhes, incluindo situação atual, atualizações e iniciativas futuras.

O processo pôde ser acompanhado por qualquer cidadão, presencialmente ou pela internet, em tempo real, inclusive jornalistas, que chegaram a publicar matéria a respeito. Portanto, não é verdade que a pasta não informe o que ocorre com o cartão. Também é necessário esclarecer que o plano não começará do zero.

Pelo contrário: ele foi traçado justamente com base nas iniciativas do Ministério da Saúde, estados e municípios realizadas ao longo dos últimos anos para criar um sistema de registro eletrônico que permita o acompanhamento de informações de saúde dos cidadãos no SUS. Ao todo, estão cadastradas 144 milhões de pessoas. A proposta define padrões tecnológicos justamente para permitir a manutenção de sistemas já existentes e adaptação aos padrões do ministério por estados e municípios.

Este projeto atual, ao contrário do publicado, está sendo desenvolvido pelo Datasus, e cria uma linguagem que permite a uniformização de todas as redes locais à do governo federal, integrando todas as soluções de cartão já adotadas e as que serão adquiridas ou desenvolvidas pelos próprios estados e municípios.

Portanto, diferentemente do que afirma o colunista, não serão realizados novos contratos pelo Ministério da Saúde. A pasta apenas está concluindo o projeto de uma nova solução para o Cartão, o que permitirá que o próximo governo defina se colocará ou não em prática. Além do Conselho Nacional de Saúde, o projeto foi aprovado pelos conselhos nacionais de secretários estaduais (Conass) e municipais de saúde (Conasems).

PRISCILA LAMBERT coordenadora de Imprensa do Ministério da Saúde, Brasília, DF

Governo reajusta valor do SUS para cirurgia cardíaca

VIDA
Clarissa Thomé /RIO

Setor, que vive crise por causa da baixa remuneração, receberá R\$ 98,9 milhões. Há um mês, médicos ameaçaram parar de operar

A quatro dias das eleições, o Ministério da Saúde anunciou investimento de R\$ 98,9 milhões para cirurgias cardiovasculares. Os recursos servirão para reajustar os valores de 105 procedimentos de alta complexidade. O setor passa por crise, como o Estado noticiou em agosto, por conta da baixa remuneração.

Médicos de Goiás deixaram de realizar cirurgias cardíacas pelo SUS em dezembro. Profissionais da Bahia e Rio também vinham ameaçando suspender o atendimento.

O anúncio do reajuste foi feito pelo secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, durante o 65.º Congresso Brasileiro de Cardiologia, em Belo Horizonte. O evento, com 7 mil cardiologistas inscritos, é considerado o maior do gênero na América Latina.

Em nota, o Ministério da Saúde informou que o reajuste dos procedimentos chega, em alguns casos, a 227%. Como medida, a estimativa é de que o número de cirurgias cardiovasculares na rede pública seja aumentado em 15% em um ano - foram realizados 65,4 mil procedimentos em 2009.

"Com esses investimentos, aumentaremos a remuneração dos cirurgiões cardíacos em casos como o da realização de cirurgia de ponte de safena, cujos honorários passam dos atuais R\$ 1,33 mil para R\$ 3,8 mil. E também permitiremos aos hospitais qualificarem a oferta de seus serviços", afirmou Beltrame.

Segundo ele, os reajustes permitirão uma valorização maior do trabalho médico. "O reajuste facilita também a fixação dos profissionais nos hospitais, até mesmo no interior", avaliou. Parte dos reajustes é para procedimentos cardiovasculares pediátricos, que têm "demanda reprimida muito grande", de acordo com Beltrame.

Além dos honorários, haverá aumento médio de 20% para os serviços hospitalares nesses casos. O último reajuste nesses serviços, concedido em 2008, foi de 30%, em média.

Crise

Mas o anúncio do reajuste não significa o fim da crise. "Estamos tentando negociar há um ano e o Ministério da Saúde alegava falta de dinheiro", afirmou o presidente da cooperativa de cirurgiões de Goiás, Wilson Mendonça Júnior. "Agora, inesperadamente, aparece no Congresso, às vésperas da eleição, para dizer que pode dar aumento de 227%. O que queremos é a tabela da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, que prevê remuneração de R\$ 6,5 mil", completou.

Segundo Mendonça, os cirurgiões voltaram a operar em Anápolis, onde um acordo obtido na Justiça garante o pagamento de 77% do valor da tabela da sociedade - a complementação é feita pela prefeitura. Na capital Goiânia, onde as cirurgias caíram de 140 mensais para 20, o Ministério Público Estadual abriu procedimento para investigar a morte de duas crianças que aguardavam para serem operadas.

A assessoria do Ministério da Saúde não comentou a proximidade entre o anúncio do aumento e as eleições. De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV), Gilberto Venossi Barbosa, o acordo foi negociado ao longo de dois anos. "Não é tudo o que se esperava, mas é um bom acordo. Conseguimos corrigir distorções, acrescentar novos procedimentos, incluir materiais e reestruturar a tabela. Nossa preocupação é com os pacientes do SUS, que enfrentam grandes filas de espera por cirurgia", afirmou.

Sobre a situação de Goiás, ele informou que a entidade tentou intermediar as negociações entre cooperativa e governos estadual e municipal, sem sucesso. O presidente da cooperativa do Rio, Ronald Peixoto, afirmou que vai se reunir com outros médicos para avaliar o anúncio do Ministério da Saúde. A entidade havia marcado para 28 de outubro a interrupção do atendimento de pacientes pelo SUS no Estado - a medida não afeta os médicos dos hospitais da capital, que são contratados pela prefeitura e Estado. / COLABOROU MARCELO PORTELA

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 29 de setembro de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde